

CONTRATO CEDAE N.º 096 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS –
CEDAE** e a **SUALL INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, sediada na Fazenda Mato Quente, s/n, Distrito de Pinheiros, Lavrinhas - SP, CEP: 12.760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.858.131/0001-36, neste ato por meio de seu Diretor Comercial, ao final assinado, Sr. JORGE LÚCIO DE OLIVEIRA, brasileiro, gerente comercial, portador da carteira de Identidade nº15.373.098/SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 053.245.518-56, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de **"AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETA'S GUANDU E TAQUARA"** com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.317/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 313/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETA'S GUANDU E TAQUARA"**, conforme anexo III ao Edital e tabela abaixo.

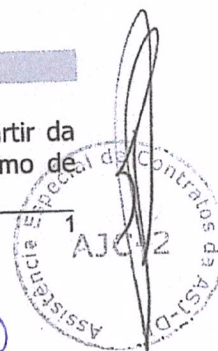
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (KG)
01	SULFATO LÍQUIDO DE ALUMÍNIO PARA ETA GUANDU	17.600.000

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a CEDAE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da CEDAE:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 313/2018 (ASL-DP)** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela CEDAE, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a CEDAE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da CEDAE;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá ao Gestor do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33.90.30.21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000707.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço global, é atribuído o valor total de **R\$ 10.912.000,00 (dez milhões, novecentos e doze mil reais)**, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (KG)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	SULFATO LÍQUIDO DE ALUMÍNIO PARA ETA GUANDÚ	17.600.000	0,62	10.912.000,00
TOTAL				10.912.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO: A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a) A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.1) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.2) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.3) Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.4) Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.4.1) Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.4.2) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e

se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.4.2.1) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da CEDAE quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.4.2.2) Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela CEDAE poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 10.912.000,00 (dez milhões, novecentos e doze mil reais)**, em parcelas, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 3% (três por cento).

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEXTO - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO NONO - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.


CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


JORGE LÚCIO DE OLIVEIRA
Diretor Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-SAULL-INDUSTRIA -aquisição-de-sulfato-de-alumínio-liquido-PE-313-2018-VBO

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ATOS DO PRESIDENTE
DE 23.07.2018

APOSENTA ALUIZIO ANTONIO DE SOUZA, Técnico Ambiental, matrícula nº 360.423-3, Id Funcional 286917-2 do Quadro I Classe III, Nível G, tendo por base legal o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/05, Processo nº E-07/002.100384/2018.

APOSENTA GISELA TORRES HOMEM PINTO LOPES, Comunicador Social, matrícula nº 2701209-5, Id Funcional 2145692-5 do Quadro I, Classe III, Nível G, tendo por base legal o § 1º inciso III, alínea "a" do artigo 40 da Constituição da República de 1988, combinado com a Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003, Processo nº E-07/002.30615A/2018.

Id: 2122324

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 26.07.2018

PROCESSO Nº E-07/002.5515/2015 - RECONHEÇO O DÉBITO, em favor de **GEOMECÂNICA S/A TECNOLOGIA DOS SOLOS, ROCHAS E MATERIAIS** referente à execução do projeto executivo e obras emergenciais para a contenção das margens canal Jacaré, no Município de Caxias - Rio de Janeiro, no período de 18/09 a 09/11/2015 (3ª, 4ª e 5ª medição), no âmbito do Contrato INEA nº 11/2015, no valor total de R\$ 1.300.193,10 (um milhão trezentos mil cento e noventa e três reais e dez centavos).

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
DESPACHOS DO DIRETOR
DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-07/056986/2009 - CANCELAMENTO da Licença de Operação - LO nº IN045584, em nome de **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, e a emissão de nova licença para correção do título da licença para Licença de Instalação, com base na carta AGA-DE nº 024/2018 e no despacho de fls. 358.

PROCESSO Nº E-07/200537/2003 - INDEFIRO o requerimento de averbação da Licença de Operação LO nº IN015611, em nome de **FACILITY PROJETOS AMBIENTAIS LTDA**, com base no Parecer Técnico de Indeterminação de Licença de Operação nº GELCAR/SGE-LART-PT-024/2018, (fls.938), que informa que a empresa não opera mais no local e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIABANHA
DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 28.06.2018

PROCESSO Nº E-07/002.05261/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Certificado ambiental de Delineamento de Faixa Marginal de Proteção - FMP realizado pela empresa **CONSTRUTORA SOLIDUM LTDA**, localizada na **AVENIDA DOM PEDRO I Nº 157 - CENTRO, PETROPOLIS/RJ**.

PROCESSO Nº E-07002.06270/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental para Aprovação de Área de Reserva Legal, realizado por **ANTONIO LUIZ PEREZ PEREZ**, localizado na Zona Rural, 3º distrito, Sarbelo - Paraíba do Sul/RJ, conforme a resolução INEA nº141/2016.

PROCESSO Nº E-07/00219368/2013 - INDEFERIDO a solicitação de Certificado ambiental de Delineamento de Faixa Marginal de Proteção - FMP realizado por **RENATO BRUSSEL VISCO**, localizado na **ESTRADA ALMIRANTE PAULO MEIRA, 12500 - ARARAS, PETROPOLIS/RJ**, conforme Ofício INEA 036/2014, informando ao requerente não existir necessidade da Resolução INEA nº 128, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 3.467/2000. De acordo com o exposto no Relatório Técnico Nº 089/2018.

PROCESSO Nº E-07/002.09075/2017 - INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação, realizado por **WF EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES DIVINENSE EIRELI**, localizado em Avenida Feliciano Sodré, 675 - Varzea, Teresópolis/RJ, em razão do não atendimento a Notificação SUPPINC/701092204 (AR recebida em 02/05/2018), conforme disciplina a Resolução INEA nº 128, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 3.467/2000. De acordo com o exposto no Relatório Técnico Nº 089/2018.

PROCESSO Nº E-07/002.10639/2017 - INDEFERIDO a solicitação do requerimento de Licença de Operação, realizada por **IMUNILAR DETEZAÇÃO E IMUNIZAÇÃO LTDA**, localizada na Rua Heli Pimenta Brasil, 76 - Vila Isabel, Três Rios/RJ, com base na Resolução INEA Nº 129 de 03 de dezembro de 2015.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO PARAIBA DO SUL
DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 19.07.2018

PROC. Nº E-07/504.500/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Instalação, solicitado pela empresa **Prefeitura Municipal de Valença**, para canalização de curso d'água em área destinada à implantação de indústria. Com base nos autos do processo.

DE 23.07/2018

Proc. Nº E-07/202.314/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Instalação, solicitado pela empresa **Kompac Ambiental Serviços Ltda.**, para captação e envase de água mineral. Com base nos autos do processo.

DE 24/07/2018

PROC. Nº E-07/511.139/2010 - INDEFIRO o requerimento de Licença Prévia, solicitado pela empresa **Indústria Valença Ltda.**, para implantação de serviços de litografia, industrialização, comércio de embalagens metálicas e serviços de corte de aço para embalagens metálicas. Com base nos autos do processo.

DE 26/07/2018

PROC. Nº E-07/200.213/2008 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, solicitado pela empresa **Rical Vassouras Transporte e Turismo Ltda ME**, para a atividade de locação de veículos rodoviários de passageiros. Com base nos autos do processo.

DIRETORIA DE PÓS-LICENÇA
DESPACHOS DO DIRETOR
DE 26.07.2018

PROC. Nº E-07/002.22361/15 - DEFIRO PARCIALMENTE a impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal de Campo de Goytacazes, **CONVALIDO** o Auto de Infração nº SUPSULEAM/00144482 convertendo a multa aplicada em advertência, industrialização, comércio de embalagens metálicas e serviços de corte de aço para embalagens metálicas, pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 36/40.

PROC. Nº E-07/002.3021/15 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro em função de sua intempetividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 49/52.

Id: 2122323

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 31.07.2018

PROCESSO Nº E-07/002.10232/2017 - HOMOLOGO E ADJUDICO a Concorrência Nacional nº 003/2018, que foi arrematada pela empresa **HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA**, cujo CNPJ: 10.547.330/0001-55, com o valor de R\$ 17.506.715,98 (dezessete milhões, quinhentos e seis mil setecentos e quinze reais e noventa e oito centavos), cujo objeto é a "Execução das Obras de Controle de Inundação, Drenagem e Recuperação Ambiental do Rio Bengales, Município de Nova Friburgo - RJ - Obras de Arte Sobre o Rio Bengales".

Id: 2122227

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 05/01/2017
PÁGINA 10 - 2ª COLUNA
DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE
DE 27.12.2016

PROCESSO Nº E-07/509.889/2012
ONDE SE LÊ INDEFIRO...
LEIA-SE: DEFIRO...

Id: 2122321

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 26/06/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA** e **LEANDRO COUTO ROSA**, Técnicos de Laboratório II, **JEAN CARLOS RANGEL PRESENTI**, Agente de Saneamento I, **RENATO CABRAL DE SIQUEIRA**, Agente de Saneamento C e **ERLY DA SILVA LOUREIRO**, Agente de Saneamento H, como membros titulares e **JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA**, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO PARA AS ETAS GUANDU E TAQUARA", de que trata o Processo nº E-07/100.317/2017. Ordem de Serviço "E" Nº 15.172/2018.

Id: 2122328

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/07/2018

PROCESSO Nº E-07/100.135/2017 - HOMOLOGO a licitação referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços - SRP CEDAE nº 03/2018 (ALC-DP), realizado em 08/06/2018.

Id: 2122064

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 30/07/2018

PROCESSO Nº E-17/100.206/2012 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 003/2016 (ASL-DP), realizado em 21/12/2017.

Id: 2122065

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 30/07/2018

PROCESSO Nº E-07/100.194/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 334/2017 (ASL-DP), realizado em 27/04/2018.

Id: 2122352

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e AbastecimentoDESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100504/2018 - AUTORIZO o servidor **ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA**, Médico Veterinário, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

Id: 2122038

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100659/2018 - AUTORIZO a servidora **AMANDA DIAS SILVA**, Médica Veterinária, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

PROCESSO Nº E-02/007/100660/2018 - AUTORIZO o servidor **ALEXANDRE VIANA DOS SANTOS OLIVEIRA JUNIOR**, Médico Veterinário, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

PROCESSO Nº E-02/007/100658/2018 - AUTORIZO a servidora **IZABELLA CORREA ABREU**, Médica Veterinária, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

Id: 2122182

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOSDESPACHOS DO COORDENADOR
DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-02/007/000248/2018 - IGUARIAS ARTESANAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME - AUTORIZO o registro dos produtos listados à fls. 47.

PROCESSO Nº E-02/007/003293/2016 - IGUARIAS ARTESANAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - AUTORIZO o registro do estabelecimento classificado como Fábrica de Conservas, na Coordenadoria de Controle de Qualidade de Produtos Agropecuários Industrializados da Superintendência de Defesa Agropecuária.

Id: 2122046

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIVISÃO DE PESSOAL

DESPACHOS DA CHEFE
DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100507/2018 - REGINA MARIA MONTEIRO LOPES, Id Funcional nº 19342039 - **CONCEDO** 09 (nove) meses de licença prêmio relativa ao período base de 08.01.02 a 07.01.07; 08.01.07 a 07.01.12 e 08.01.12 a 07.01.17, nos termos do art. 129 do Decreto nº 2479/79, de 08.03.1979.

PROCESSO Nº E-02/007/100475/2018 - ERIKA SABINO DE OLIVEIRA, Id Funcional nº 19331940 - **CONCEDO** 09 (nove) meses de licença prêmio relativa ao período base de 08.01.02 a 07.01.07; 08.01.07 a 07.01.12 e 08.01.12 a 07.01.17, nos termos do art. 129 do Decreto nº 2479/79, de 08.03.1979.

Id: 2122190

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRODESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS
DE 30/07/2018

PROCESSO Nº E-02/006/89/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação, em conformidade com Art. 26 da Lei nº 8.666/93, em favor da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 398.000 (trezentos e noventa e oito reais), de acordo com o inciso XVI do Art. 24 da supracitada Lei, nos termos da autorização da Ordenadora de Despesas.

Id: 2122079

Secretaria de Estado de Cultura

ATO DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PORTARIA SSPG Nº 180 DE 26 DE JULHO DE 2018

INSTITUI COMISSÃO E DESIGNA SERVIDORES PARA A PRÁTICA DO ATO QUE MENCIONA.

O **SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Resolução SEC nº 678, de 21/02/2017, e considerando o disposto no Decreto nº 45.600, de 16/03/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 03/2018, com o objetivo de proceder ao acompanhamento da execução, recebimento e fiscalização do Instrumento Contratual, celebrado entre esta Secretaria e a **TELEMAR NORTE LESTE S.A.**, e **DESIGNAR** os seguintes servidores para compor a comissão:

Presidente:
FABIO SANTOS FURTADO, ID 4336506-0

Membros:
ELAINE MATTOS L DE PAIVA, ID 5087769-0
RISONALDO FERNANDES DA SILVA, ID 5034877-9

Substituto:
LUCAS DA SILVA AGUIAR Teodoro, ID 5087334-2

Art. 2º - Fica designado o servidor **PAULO A. MACHADO GOUVEA**, ID 5071747-2, como Gestor do presente Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2018

ALEXANDER CARDOSO LANA

Subsecretário de Planejamento e Gestão

Id: 2122133

ATO DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PORTARIA SSPG Nº 181 DE 26 DE JULHO DE 2018

INSTITUI COMISSÃO E DESIGNA SERVIDORES PARA A PRÁTICA DO ATO QUE MENCIONA.

O **SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Resolução SEC nº 678, de 21/02/2017, e considerando o disposto no Decreto nº 45.600, de 16/03/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 04/2018, com o objetivo de proceder ao acompanhamento da execução, recebimento e fiscalização do Instrumento Contratual, celebrado entre esta Secretaria e a **DOC'S & BYTES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, e **DESIGNAR** os servidores, abaixo, para compor a comissão:

Presidente:
MANOEL RIBEIRO DE MARINS FILHO, ID 4367115-2

Membros:
ANDREA SEVERO OLIVEIRA, ID 5088457-3
JOHNNY DOS SANTOS ALVES, ID 5088528-6

Substituto:
BARBARA DIONIZIO AGUIAR, ID 5093737-5

Art. 2º - Fica designado o servidor **JORCIRAM PATRICIO DA SILVA**, ID 5089724-1, como Gestor do presente Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2018

ALEXANDER CARDOSO LANA

Subsecretário de Planejamento e Gestão

Id: 2122137

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PORTARIA SSPG Nº 182 DE 26 DE JULHO DE 2018

INSTITUI E DESIGNA SERVIDORES PARA A PRÁTICA DO ATO QUE MENCIONA.

O **SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pela Resolução SEC nº 678, de 21/02/2017, e considerando o disposto no Decreto nº 45.600, de 16/03/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTITUIR a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 05/2018, com o objetivo de proceder ao acompanhamento da execução, recebimento e fiscalização do Instrumento Contratual, celebrado entre esta Secretaria e a **COMERCIAL CEDRO EIRELE ME**, e **DESIGNAR** os servidores, abaixo, para compor a comissão:

Presidente:
Risonaldo Fernandes da Silva, ID 5034877-9

Membros:
Elaine Mattos L de Paiva, ID 5087769-0
Fabio Santos Furtado, ID 4336506-0

Substituto:
Lucas da Silva Aguiar Teodoro, ID 5087334-2

Art. 2º - Fica designado o servidor **Paulo A. Machado Gouvea**, ID 5071747-2, como Gestor do presente Contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2018

ALEXANDER CARDOSO LANA

Subsecretário de Planejamento e Gestão

Id: 2122145

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO Nº 23/2018 - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017 - INEA assinado em 04/07/2017.
PARTE: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e ENGESAN ENGENHARIA E SANEAMENTO S/C LTDA. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 08/2017-INEA, relativo a "SERVIÇO CONTÍNUO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) - FAZENDA ERMITAGE - TERESÓPOLIS-RJ". O prazo de execução passará de 18/07/2018 para 18/07/2019 e o prazo de vigência passará de 10/09/2018 para 10/09/2019, dando-se ao contrato o prazo total de 26 (vinte e seis) meses. **VALOR:** R\$ 566.187,05 (quinhentos e sessenta e seis mil cento e oitenta e sete reais e cinco centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 19/07/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.5286/2017, conforme autorização exarada no mesmo.

Id: 2122186

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISAI/00148306

NOME: Jack Pimentel Mahkuta. **CPF:** nº 124.358.947-75. **ENDEREÇO:** Rua Arcelino Pereira Neves, 351 - Centro - Nova Iguaçu - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 76 da Lei nº 3.467, de 14/09/2000. **PENALIDADE:** Suspensão da atividade de extração de água. **PROCESSO** Nº E-07/002.5841/2017.

Id: 2122322

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

ERRATA 03

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, comunica aos interessados que em atendimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro o Edital de Concorrência Nacional CN nº 01/2017 para "ESTUDO DE ALTERNATIVAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ" - PALATINATO" sofreu alterações.
A Errata 03 encontra-se disponível no site do INEA www.inea.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa na Avenida Venezuela, nº 110, 4º Andar, Sala 404, Saúde, Rio de Janeiro/RJ. O Plead permanece adido SINE DIE.

Id: 2122325

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 096/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SALL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS GUANDU E TAQUARA".
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 10.912.000,00 (dez milhões, novecentos e doze mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 18/07/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.317/2017 (Pregão Eletrônico nº 313/2018).

Id: 2122334

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 095/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a BAUMANN QUÍMICA NINE LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS GUANDU E TAQUARA".
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 13.400.000,00 (treze milhões e quatrocentos mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 18/07/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.317/2017 (Pregão Eletrônico nº 313/2018).

Id: 2122329

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 097/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a QUIMREAL - REAL INDUSTRIA QUÍMICA LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS GUANDU E TAQUARA".
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 13.440.200,00 (treze milhões, quatrocentos e quarenta mil e duzentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 18/07/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.317/2017 (Pregão Eletrônico nº 313/2018).

Id: 2122332

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 070/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MAGNA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - EPP.
OBJETO: "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE I: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE E SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 4.178.718,00 (quatro milhões, cento e setenta e oito mil setecentos e deztoito reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 006/2018 - DF -).
*Omitido no D.O. de 08/06/2018.

Id: 2122331

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 071/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VIGIPAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
OBJETO: "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE II: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE - DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 3.202.905,00 (três milhões, duzentos e dois mil novecentos e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 007/2018 - DF -).
*Omitido no D.O. de 08/06/2018.

Id: 2122335

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 072/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI.
OBJETO: "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, LOTE III: SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE E RECEPCIONISTAS - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E LOTE IV: SERVIÇOS DE VIGIA DIA E NOITE - DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 4.315.521,36 (quatro milhões, trezentos e quinze mil quinhentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos).
DATA DE ASSINATURA: 07/06/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.389/2018 (Dispensa de Licitação nº 008/2018 - DF -).
*Omitido no D.O. de 08/06/2018.

Id: 2122336

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 098/2018 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a Sra. LEDA DOS SANTOS RIBEIRO.
OBJETO: "Locação do imóvel situado à Rua Salim Salém Bichara, 213, Centro, Carapibus, Rio de Janeiro".
PRAZO: 60 (sessenta) meses.
VALOR: R\$ 48.082,92 (quarenta e oito mil oitenta e dois reais e novecentos e dois centavos).
DATA DE ASSINATURA: 23/07/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-30/303.507/2002 (Dispensa de Licitação - DL nº 005/2018 - DF -).
*Omitido no D.O. de 24/07/2018.

Id: 2122330

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao CONTRATO CEDAE n. 064/2014 (DF).
PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TRD SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual, acréscimo de 02 (duas) vigiarias do tipo 13, correspondente ao percentual de aproximadamente 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento) do valor do contrato e alteração da razão social da Contratada com a consequente atualização do preâmbulo do contrato original.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 7.328.047,56 (sete milhões, trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 10/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.108/2014 (Pregão Eletrônico nº 043/2014).
*Omitido no D.O. de 11/05/2018.

Id: 2122337

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TP Nº 104/2018-ASL-1.1.
OBJETO: "CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA SÃO SEBASTIAO DO ALTO".
DIA: 17/08/2018 - **HORÁRIO:** 11:00 h.
LOCAL: Av. Presidente Vargas, 2655 - Térreo - Sala de Licitações
VALOR ESTIMADO: R\$ 308.674,17.
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², no endereço supramencionado onde os interessados também poderão obter todas as informações sobre a licitação, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h ou pelos telefones (XX) 21 2332-3836/2332-3828.

Id: 2122200

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 346/2018 - ASL-DP.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE CROMATÓGRAFO LÍQUIDO DE ALTA PERFORMANCE ACOPLADO A ESPECTRÔMETRO DE MASSAS MS-MS TRIPLE QUADRUPOLO (LC-MS/MS)".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 01, com as alterações efetuadas no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação teve sua data de realização adiada para o dia 14/08/2018, às 15:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2122304

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2018 - ASL-DP.
OBJETO: "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BAIKADA FLUMINENSE E COSTA VERDE".
DATA DA ETAPA DE LANÇES: 15/08/2018. Horário: 11:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 25.032.250,92

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2122345

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 001/2018.
PARTE: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e a EMPRESA TELEMAR NORTE LESTE S/A.
OBJETO: Prestação de serviços relacionados a serviços de Telefonia Fixa Comutada STFC, conforme Termo de Referência - Anexo I e o Lote I.

DATA DE ASSINATURA: 30 de julho de 2018.
VALOR: R\$ 1.984,63 (um mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos) mensais, totalizando anualmente o valor de R\$ 23.815,56 (vinte e três mil oitocentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses contado a partir de 07/07/2018, com término em 06/07/2019.
RECURSOS: Programa de Trabalho 2433.21.122.0002.8021.
NATUREZA DA DESPESA: 339039-44 - Fonte de Recurso: 100.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/020.158/2018.

Id: 2122308

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo de Alteração Quantitativa e Qualitativa do Objeto c/c Prorrogação de Prazo do Contrato nº 08/2015. **PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA e a Empresa FOCC OPINIAO E MERCADO LTDA. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa e qualitativa do Contrato nº 08/2015, relativo à Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Coleta, Acompanhamento e Organização de Dados de Monitoramento, Avaliação e Gestão do Projeto Rio Rural, presente no Processo Administrativo SEAPPA nº E-02/001/367/2015. **PRAZO:** Pelo presente instrumento e, em observância a suspensão outorgada aplicada, o Contrato passará a ter sua vigência, findada em 28/11/2018. **VALOR:** Da-se a este contrato o valor de R\$ 222.936,44 (duzentos e vinte e dois mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 19/06/2018. **FUNDAMENTO:** Inciso II, do art. 65 e seu § 2º, inciso II, todos da Lei nº 8.666/93, e alterações.
*Omitido no D.O. de 09.07.2018.

Id: 2122340

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 034/2012, de prestação de serviços contínuos de segurança e vigilância patrimonial armada.

PARTE: Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA - RJ e PERSONA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.
OBJETO: Reajuste do valor do Contrato em 4,06% (quatro inteiros e seis centésimos por cento), referente à aplicação do índice pertencente à convenção coletiva de trabalho, com efeito retroativo ao período de março/2018 a fevereiro/2018.
VALOR MENSAL ATUALIZADO: R\$ 14.700,45 (quatorze mil setecentos reais e quarenta e cinco centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, § 2º da Lei nº 8.666/93.
AUTORIZAÇÃO: Processo nº E- 06/21108/2012.

Id: 2122349

Secretaria de Estado de Cultura

EDITAL

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 148 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, torna público o deferimento do recurso administrativo interposto para inscrição do projeto cultural em caráter excepcional, como dispõe a Lei nº 1954/92 através do Decreto nº 44.013/2013, conforme abaixo:

Área Cultural: Audiovisual

- 01 I- Número do processo E-18/001/100024/2018
II- Título do projeto Game XP
III- Nome/Razão Social Game Experience Eventos Ltda.
IV- CPF/CNPJ do proponente 14.028.969/0001-91
V- Produção Cultural Nacional

Id: 2122292

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 005/2018.
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e a empresa COMALTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP.
DATA DA ASSINATURA: 31/07/2018.
OBJETO: Prestação de serviços de realização dos eventos promovidos pela Secretaria de Estado de Esporte Lazer e Juventude/RJ, previstos para acontecer no prazo estimado de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Programa Esporte e Lazer na Cidade - PELC, na forma do Termo de Referência, do instrumento convocatório e deste Contrato.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais).
FUNDAMENTO: Processo nº E-30/001/557/2017; Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2122339

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675

Telefone: